

Aspectos civilizatórios da passagem de D. João VI pelo Rio de Janeiro

Jean M. Carvalho França*

Resumo

O objetivo deste pequeno ensaio é promover um rápido balanço das medidas de cunho cultural tomadas por D. João VI durante a sua permanência na cidade do Rio de Janeiro (1808-1821). Procuraremos demonstrar que, independentemente das intenções do monarca português, tais medidas concorreram tanto para a formação de uma elite política e cultural identificada com os interesses nacionais — elite que viria a desempenhar um papel sobremodo importante no processo de Independência —, quanto para a estruturação da nascente cultura brasileira.

Palavras-chave

Hitória, História da Educação, Cultura brasileira

Abstract

The goal of this little essay is to make a fast analysis of the cultural measures took by D. João VI during his stay in the city of Rio de Janeiro (1808-1821). We'll try to demonstrate that, independently of the Portuguese monarch intentions, such measures helped the constitution of a political and cultural elite identified with the national interests — elite that would perform an important role in the independence process —, as well as the organization of a nascent Brazilian culture.

Keywords

History, History of the Education, Brazilian Culture

*Jean M. Carvalho França é Mestre em Sociologia e Doutor em Literatura Comparada.

Civilizar o povo

Quando D. João VI desembarcou no Rio de Janeiro, em março de 1808, uma das preocupações primeiras da sua incipiente administração foi com a formação moral e intelectual da população carioca. O monarca cedo constatou que, para manter a tranquilidade pública e bem conduzir a gestão da cidade, a mais importante do país, não bastava implementar um aparato repressivo hipoteticamente apto a coibir a desordem e os maus hábitos. Para que a empresa tivesse sucesso era necessário ir além e promover uma remodelação completa nos hábitos da população, ou seja, era necessário realizar uma intervenção *positiva* no meio social.

Um dos primeiros passos no sentido de levar a cabo esta *reeducação* dos cariocas foi dado, em 5 de abril de 1808, com a criação da Intendência de Polícia da Corte. A instituição, chefiada por Paulo Fernandes Viana, complementar às suas sempre requisitadas ações de combate ao crime, foi uma ativa participante do processo de remodelação dos hábitos da população do Rio de Janeiro. Sem nenhum exagero, pode-se dizer que a Intendência agiu, nesse período, como uma verdadeira *polícia de costumes*.

A intervenção dessa importante instituição no meio social carioca teve como ponto de partida o combate contra o descaso dos cidadãos em relação à higiene das ruas e dos logradouros públicos. Foi em boa parte graças às enérgicas atitudes dos comandados de Viana que as biqueiras das casas deixaram de desaguar nas ruas, que os *tigres* não foram mais despejados nos becos e praias das paróquias centrais, que os estabelecimentos comerciais, especialmente os que trabalhavam com bens alimentícios, adquiriram um aspecto mais salubre, enfim, que a população passou a ter, no espaço exterior à casa, uma conduta um pouco mais asseada e urbana.

As atitudes da Intendência, no entanto, não pararam aí. O entretenimento e a cultura foram outros assuntos que muito ocuparam o dirigente Paulo Fernandes Viana. Nessas áreas, duas de suas

atitudes merecem destaque: a constante promoção de festas cívicas, as quais, segundo ele, contribuíam enormemente para *fomentar nos populares o respeito pelas autoridades constituídas* e a edificação do Real Teatro de São João em 1813. O Decreto Real de organização dessa instituição, datado de 1810, assim justifica o empreendimento:

Fazendo-se absolutamente necessário nesta Capital que se erija um teatro decente e proporcionado à população e ao maior grau de elevação e grandeza em que hoje se acha pela minha residência nela e pela concorrência de estrangeiros e outras pessoas que vêm das extensas províncias de todos os meus Estados: fui servido encargar o doutor Paulo Fernandes Viana (...) do cuidado de promover todos os meios para ele se erigir (...).¹

Mas, cômico de que o carioca não necessitava somente de recreio e cultura, o primeiro Intendente foi um árduo incentivador do trabalho livre, atitude de suma importância numa sociedade em que o número de desocupados era grande, a mendigação bastante comum e, segundo os *homens esclarecidos* da época, o apreço pelas atividades produtivas extremamente reduzido. Não escapou às atenções do administrador nem mesmo o então denominado *problema da colonização branca*. Viana, para quem a má presença negra na cidade era a grande responsável pela desordem das ruas e pela propagação dos vícios, foi um incansável promotor da imigração européia e um convicto defensor da idéia, bastante popular na época, de que era urgente *branquear* a população carioca.

As Instituições

Paralelamente a essas atitudes do zeloso funcionário da Intendência de Polícia, D. João VI tomou uma série de medidas no sentido de dotar a nova sede da coroa de algumas instituições culturais básicas, pois praticamente nada havia

¹ Citado por Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, 1977-1978, v.II, p.161.

nesse setor. Em 1814, aproveitando o prédio do Hospital dos Terceiros do Carmo, o monarca criou a Biblioteca Real. Contando a princípio com 14.000 volumes, essa instituição foi posteriormente ampliada com o acervo do poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga (1815) e com as ricas coleções bibliográfica e iconográfica reunidas pelo Conde da Barca (1817). O viajante francês Ferdinand Denis, em 1820, estimava que o acervo dessa biblioteca compunha-se de 45.000 volumes, entre os quais se encontravam algumas curiosidades bibliográficas dignas de menção:

...destaque-se uma grande coleção de Bíblias, entre as quais convém distinguir um belo exemplar da Mogúcia, impressa em 1462, e que faria inveja às mais ricas bibliotecas das capitais da Europa. Entre os manuscritos, distingue-se uma obra magnificamente executada, que trata (...) da flora do Rio de Janeiro.²

Anterior à instalação da Biblioteca Nacional, foi a criação da Imprensa Régia, cujo decreto data do dia 13 de maio de 1808. Esse estabelecimento tipográfico, a princípio dedicado à impressão de documentos oficiais, foi responsável pela publicação, até 1822, de 1154 obras, obras que versavam sobre os assuntos mais variados: medicina, engenharia, matemática, economia política, direito, geografia, agricultura, gramática, filosofia, literatura, política, moral etc. Apesar da intensa e severa censura à qual estavam sujeitos os trabalhos apresentados para publicação, a Imprensa Régia foi responsável pela divulgação de importantes nomes da nascente intelectualidade nacional (Januário da Cunha Barbosa, Marquês de Maricá, Silva Lisboa, Araújo Guimarães), bem como de alguns livros de significativo valor. José Veríssimo, numa análise das atividades dessa instituição, destaca as seguintes obras:

...o Ensaio sobre a Crítica de Alexandre Pope traduzido em português pelo Conde Aguiar (...); a Marília de Dirceu

de Tomás Antônio Gonzaga (...); diversas obras econômicas de José da Silva Lisboa (...); o Tratado Elementar de Física do Abade Haüy...[e]...a primeira edição do Uruguai, o poema de Basílio da Gama.³

Além desse importante trabalho de editoração, fundamental para a nascente vida intelectual carioca, a Imprensa Régia também foi responsável pela estréia da imprensa na cidade. De suas oficinas saiu, ainda em 1808, o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*, coordenada pelo Frei Tibúrcio José da Rocha. Tal periódico, entretanto, apesar do seu pioneirismo, pouca ou nenhuma influência exerceu sobre os cariocas. Publicação medíocre, cujo conteúdo girava em torno dos atos do governo, festas na Corte e aniversários natalícios da família real, ele foi, durante todo o período joanino, preterido em prol do *Correio Brasiliense*. Esse último, editado em Londres (de 1808 a 1822) por Hipólito José da Costa, embora relativamente censurado e perseguido pelas autoridades — sua linha editorial era francamente a favor da independência do país —, foi extremamente influente entre os habitantes da Corte. Sua popularidade era tal que, segundo alguns contemporâneos, o próprio D. João VI lia-o freqüentemente, buscando em suas páginas não só informações gerais como também críticas à atuação de seus ministros e secretários. Varnhagem, apreciando a ação desse jornal, faz um comentário que bem ilustra sua enorme importância para a vida da cidade (e do país) durante os anos joaninos:

Não cremos que nenhum estadista concorresse mais para preparar a formação no Brasil de um império constitucional que o ilustre redator do Correio Brasiliense.⁴

Mas voltemos às instituições culturais fundadas pelo monarca português. Sem precisão de data, mas provavelmente da primeira década da realeza entre nós, é o *Jardim Botânico*. Originou-se ele

² F. Denis, Brasil, p.130.

³ Citado por W. Martins, op. cit. v.II, p.29.

⁴ F. Adolfo de Varnhagen, História Geral do Brasil, p.232.

de um pequeno horto que, por iniciativa do diretor da Fábrica de Pólvora, Marquês de Sabará, fora criado nos terrenos dessa mesma fábrica, situada às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. Esse espaço verde logo chamou a atenção de D. João VI. Interessado em aclimatar no país algumas plantas úteis que pudessem contribuir para o desenvolvimento das atividades agrícolas, o regente foi gradativamente enriquecendo o pequeno horto com mudas e sementes vindas de vários pontos do mundo. Em 1809, ele importou vinte caixas de plantas das regiões orientais e, em 1810, mandou vir de Macau várias plantas de chá, acompanhadas de 200 chineses encarregados de cultivá-las. Segundo nos conta Denis:

Não era somente a introdução de plantas exóticas, o que ele desejava; era a naturalização dos vegetais do país, que uma província podia fornecer a outra, e que devem semear a abundância onde não poucas vezes faltam certos objetos de exportação.⁵

Em 1809, esse parque, já com o nome de Real Jardim Botânico, foi anexado ao recém-fundado Museu Nacional e facultaram-lhe a visita do público. Essa medida parece ter gerado bons resultados, pois alguns viajantes estrangeiros que por ali passaram afirmam que o local era freqüentado por indivíduos de todas as classes.

A Missão Francesa e os Estrangeiros

Outra iniciativa cultural bastante feliz da administração joanina foi a contratação, em 1816, da *Missão Francesa*. Sob influência do Ministro das Relações Exteriores, Conde Barca, o monarca ordenou ao embaixador Marquês de Marialva, então residente em Paris, que iniciasse, em 1815, uma série de contatos no sentido de criar no Rio de Janeiro uma instituição similar à Academia de Belas-Artes francesa. O momento era oportuno

para isso. Naquele país, com a ascensão de Luís XVIII ao trono, havia inúmeros elementos da nobreza e das classes cultas que, inconformados com a situação política, desejavam exilar-se. Auxiliado por essa circunstância, o Marquês de Marialva contactou o secretário perpétuo das classes de belas-arts do instituto de França, J. Lebreton, e o encarregou de selecionar e chefiar alguns artistas interessados em transferirem-se para a capital brasileira e aí levarem a cabo o grandioso empreendimento. O grupo escolhido contava com os seguintes nomes: J. B. Debret, pintor de paisagens e quadros de gênero; Augusto Taunay, escultor; A. H. V. Grandjean de Montigny, arquiteto; S. Bonrepos, ajudante do escultor Taunay. A esse grupo inicial vieram juntar-se o músico Newcon e os dois irmãos Ferrez, escultores, gravadores e peritos em decoração. A primeira leva de artistas chegou ao Rio de Janeiro em março de 1816, sendo acolhida com pompa e cerimônia pela Corte bragantina. Em agosto do mesmo ano, D. João VI baixa um decreto contratando, inicialmente por seis anos, os profissionais franceses. Nesse decreto de contratação o monarca expõe os objetivos do projeto:

Atendendo ao bem comum que convém aos meus fiéis vassallos de se estabelecer no Brasil uma Escola real de ciências, artes e ofícios, em que se promova, difunda a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados não só aos empregos públicos de administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, mineralogia, indústria e comércio de que resulta a subsistência, comodidade e civilização dos povos, maiormente neste continente, cuja extensão não tendo ainda o devido e correspondente número de braços indispensáveis ao tamanho e aproveitamento do terreno, precisa de grandes socorros da estética para aproveitar os produtos cujo valor e preciosidade podem vir a formar do Brasil o mais rico e opulento dos reinos conhecidos.⁶

⁵ F. Denis, op. cit. p.129.

⁶ J. B. Debret, Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil, Tomo II, p.132.

Embora a instalação da Academia de Belas Artes, em razão de alguns percalços,⁷ só tenha se dado no ano de 1826, os efeitos da missão francesa sobre a cultura carioca foram imediatos. O primeiro deles, talvez o mais contundente, foi emancipar a inteligência local da predominância artística e intelectual da antiga metrópole. Um significativo índice dessa alteração, ao menos o mais visível, foi a reformulação arquitetônica processada nos edifícios públicos e privados por G. Montigny e seus discípulos. Mas a influência dos franceses não se restringiu a esse setor. De forma resumida, pode-se dizer que a Missão promoveu uma transformação profunda no gosto do carioca. Como afirma o aplicado e bem sucedido aluno da Academia, Araújo Porto Alegre:

Nessa época uma prodigiosa revolução se verificou nas idéias do povo brasileiro; os pintores, que não eram até então apreciados, foram admitidos nas sociedades mais brilhantes; gozam agora da estima e da consideração geral (...). Finalmente as belas artes se introduzem no seio das famílias e raras são hoje aquelas em que o desenho e a música não entrem no programa da educação das crianças.⁸

Para além dessa salutar influência sobre as mentalidades, a Missão Francesa deixou atrás de si não só um número incontável de obras que alteraram profundamente a aparência da cidade, como também, e sobretudo, uma geração de jovens discípulos; muitos dos quais destinados a ocupar um papel fundamental na vida política e intelectual da cidade e do país.

Os franceses, contudo, não foram os únicos que vieram contribuir para o enriquecimento material e espiritual do Rio de Janeiro. Aproveitando o clima de abertura pós 1808, várias foram as missões científicas que passaram pela cidade. Até o desembarque do Príncipe Regente, como é sabido, as autoridades lusas não viam com bons olhos a presença de estrangeiros no território brasileiro. Portugal, temeroso de perder a sua rica colônia, não permitia que nem mesmo os

chamados sábios visitassem o país. Ilustrativa dessa hostilidade é a perseguição sofrida pelo cientista Alexandre de Humboldt, quando este, em 1800, numa viagem às américas, intencionava excursionar pela capitania do Maranhão. Tendo notícias desse desejo do cientista germânico, a Metrópole envia ao governador e Capitão-General do Grão-Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, a seguinte ordem:

...que V. S. faça examinar com maior exação e escrupulo, se com efeito o dito barão de Humboldt, ou qualquer viajante estrangeiro tem viajado, ou atualmente viaja pelos territórios dessa capitania, pois que seria sumamente prejudicial aos interesses políticos da coroa de Portugal (...).⁹

Quando D. João VI instala-se no Rio de Janeiro e abre os portos às nações amigas, esse clima de suspeita e inimizade em relação ao estrangeiro se desvanece. O monarca, desejoso de conhecer melhor as potencialidades do país, passa a ser um profundo incentivador das expedições científicas estrangeiras interessadas em pesquisar as várias regiões brasileiras. De paisagistas a botânicos, inúmeros foram os sábios que aqui desembarcaram durante o período joanino. Alguns em missões oficiais, como a organizada pelo governo austríaco no ano de 1817 — que contava com nomes como o dos naturalistas Martius, Schott, Raddi, Mikan, Polh e dos zoólogos Natterer e Spix — ou a financiada pelo Czar Alexandre I, cuja coordenação coube ao botânico Langsdorff e trouxe consigo nomes como Rubzoff e M. de Rugendas. Outros foram convidados diretamente pelo monarca português, como o mineralogista John Mawe ou o príncipe Maximiliano de Neuweed, grande naturalista que aqui esteve de 1815 a 1817. Houve ainda os que vieram por conta própria, curiosos que estavam com a propagada riqueza e exuberância dos trópicos, entre eles F. Denis, St. Hillaire, Eschewege, M. Graham e muitos mais. A esses sábios e literatos vieram somar-se inúmeros comerciantes, operários, militares, industriais, artistas e aventureiros.

⁷ Sobre os percalços na instalação da Academia de Belas-letas, ver: J. B. Debret, op. cit. Tomo II, p.117-138.

⁸ A. Porto Alegre, "Resumo da História das Artes do Brasil", In: J. B. Debret, op. cit. Tomo II, P.113.

⁹ Citado por Wilson Martins, op. cit. v.II, p.91.

Todos, direta ou indiretamente, com mais ou menos intensidade, contribuíram para o desenvolvimento intelectual, artístico, econômico e moral da cidade do Rio de Janeiro. Foi através deles que a população local, depois de três séculos de isolamento, pôde tomar contato com os hábitos e costumes do velho mundo, absorver suas modas, suas técnicas de trabalho, sua cultura e mesmo conhecer, através dos olhos desses visitantes, as belezas e potencialidades do Brasil, do qual pouco se sabia até então. Em 1892, num artigo dedicado a fazer um levantamento dos estrangeiros que passaram pelo país durante o oitocentos, o Visconde de Taunay assim comenta o contributo desses homens:

Não há dúvida possível, o Brasil muito deve aos estrangeiros que vieram estabelecer-se em seu seio ou dele fizeram motivo de estudo e investigação, visitando-o e viajando pelas suas vastíssimas zonas, alguns ilustres, muitos prestimosos, todos ativos, enérgicos amigos do trabalho e de coração dedicados ao progresso e à grandeza dessa bela parte do continente.¹⁰

Ainda que as afirmações do Visconde refiram-se ao século XIX como um todo, elas são especialmente válidas para o período joanino. O *progresso* trazido ao país pelos estrangeiros foi sobremodo decisivo no Rio de Janeiro dessa época, época do despertar da jovem nação, despertar de um povo submetido a um longa fase de obscurantismo, de uma sociedade ainda muito fechada e, acima de tudo, de uma cultura incipiente, ansiosa por absorver influências que não viessem da velha metrópole. Dentro desse contexto, o afluxo dos estrangeiros foi de uma enorme importância, pois não só tirou os habitantes locais da letargia intelectual em que jaziam, como também fomentou-lhes sentimentos morais e políticos fundamentais para a futura emancipação do país. Como bem resume Denis:

Desde desse momento, o Rio de Janeiro deixou de apresentar o aspecto de uma colônia que se explora a força

de leis repressivas; despertaram as inteligências, começou uma nova era.¹¹

A Educação

Mas nem só de estrangeiros e de instituições culturais beneficiou-se o Rio de Janeiro dos tempos joaninos. A instrução pública foi um outro setor que angariou algumas atenções no período. É verdade que D. João VI, preocupado em formar um quadro mínimo de administradores para as várias instituições criadas, privilegiou os cursos técnicos e deu pouquíssima atenção à instrução básica. Rugendas, analisando o período e os avanços educacionais nele conseguidos, comenta:

Não se deu a devida importância à instrução das classes baixas e médias da sociedade, e os que, nas classes elevadas, sentiam a necessidade de uma instrução mais completa, nem por isso encontravam maiores recursos.¹²

A desatenção da administração joanina com o ensino básico foi tanta, que de 1808 a 1821 não se tem notícia da criação de um único colégio na Corte. Ao retornar à Portugal, o monarca deixa atrás de si quase a mesma estrutura que encontrou.

Quando do desembarque, a cidade contava com três colégios: o São Joaquim, o São José e o da Lapa. Acerca desses estabelecimentos pouco pode-se dizer de elogioso. O da Lapa foi extinto alguns meses após o desembarque, pois suas instalações, de bom tamanho e bem construídas, foram ocupadas pelos carmelitas cujo convento havia sido anexado à residência real. O Colégio São José era o mais velho deles. Suas instalações eram boas e sua localização bastante privilegiada. Contudo, de acordo com alguns viajantes que o visitaram, reinava no seu interior a negligência e a falta de aseo. O currículo desse estabelecimento compunha-se de Lógica, Metafísica, Moral, Geometria, Grego, Latim e, a partir de 1809, Língua Inglesa e Francesa — que começavam a despertar algum interesse nos cariocas. A qualidade do ensino que

¹⁰ A. d'Escagnolle Taunay, "Estrangeiros Ilustres e Prestimosos...", IHGB, Tomo LVIII, P.II, p.248.

¹¹ F. Denis, op. cit. p.113-114.

¹² J. Moritz Rugendas, Viagem através do Brasil, p.202.

aí se oferecia era, segundo John Luccock, de baixíssimo nível. O comerciante inglês, após uma visita às suas instalações, emite o seguinte parecer sobre os alunos:

*Não apresentavam nenhuma elasticidade de espírito, nenhuma curiosidade sagaz, nenhuma urbanidade de maneiras e pouquíssimo asseio pessoal (...). Ao sairmos dali estávamos todos prontos a dizer: nem um raio de ciência jamais penetrou aqui.*¹³

O Colégio São Joaquim era o mais respeitado estabelecimento da cidade. Anexa à igreja de mesmo nome, essa instituição, apesar de receber um certo apoio governamental, estava instalada num edifício precário, sujo e mal localizado. Os alunos, que não eram muitos, dividiam-se entre pensionistas e alguns órfãos mantidos pelo próprio estabelecimento. O currículo do curso ministrado nessa casa era o seguinte:

*...ensino de primeiras letras pelo método de Lancaster, de gramática latina, lógica, metafísica, moral, inglês e francês.*¹⁴

Conforme nos informa Luccock, na época do seu desembarque (1808), o Colégio São Joaquim era responsável pela formação dos jovens que posteriormente viriam ocupar alguma função na administração pública. Em virtude disso, a qualidade dos seus professores mostrava-se superior àquela do outro instituto de educação.

Além dessas duas instituições, o jovem desejoso de obter uma formação básica só contava com mais duas alternativas: se abastado, ele poderia educar-se no interior de sua própria casa, tomando aulas com professores particulares, nacionais ou estrangeiros, que ofereciam seus serviços nos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* ou do *Jornal do Comércio*; se menos abastado, podia frequentar uma classe de algum *mestre-escola* instalado na cidade. Essa última opção, em razão da total falta de fiscalização do governo, tinha lá seus inconvenientes, como observa Luccock:

*... o mobiliário de que dispunham ...[esses mestres]... era reduzido e seus processos de ensino imperfeitos; apesar do que os resultados obtidos, valiosos. As crianças ficavam atarracadas em cubículos reduzidos e abafados, onde todas liam alto ao mesmo tempo, com grande aborrecimento de cada qual. No escrever, o processo era melhor (...).*¹⁵

Se os jovens rapazes contavam com tão escassas opções, as mulheres ainda estavam em pior situação. Até 1815, quase nada havia sido feito em prol da educação das cariocas. Essa se restringia à memorização de algumas preces religiosas e à prática do cálculo elementar sem o correlativo aprendizado da escrita e das operações. À medida que a vida social ganhou corpo na cidade, esse desconhecimento das letras virou motivo de vergonha e, nas igrejas, tornou-se cada vez mais comum verem-se as moças ostentarem orgulhosamente o seu livro de rezas. Esse avanço deveu-se sobretudo à imigração, a partir de 1816, de várias senhoras portuguesas e francesas que abriram algumas aulas avulsas dedicadas a senhoras e iaiás:

*...com a ajuda de um professor, (...) se comprometiam a receber em suas casas, a título de pensionistas, moças que quisessem aprender noções de língua nacional, de aritmética e de religião, bem como de bordados e costura. Algumas francesas também (...) davam lições de língua francesa e de geografia, em casas de pessoas ricas.*¹⁶

Em 1820, além do aumento substantivo dessas educadoras estrangeiras, as moças locais já podiam frequentar dois pequenos colégios, onde lhes era oferecida uma educação básica pouco mais sistemática que as concorridas aulas particulares. A educação feminina, no entanto, teve de esperar ainda alguns anos para atingir proporções relevantes.

A precariedade do ensino elementar no período joanino contrasta, como afirmamos, com o substantivo progresso

¹³ John Luccock, Notas sobre o Rio de Janeiro, p.49.

¹⁴ J. B. Debret, op. cit. Tomo II, p.22.

¹⁵ J. Luccock, op. cit. p.86.

¹⁶ J. B. Debret, op. cit. Tomo II, p.23.

do ensino técnico. Em abril de 1808, um mês após o desembarque, o monarca dá o primeiro passo nesse sentido: é criada, no Hospital Militar da cidade, a cadeira de Anatomia Cirúrgica. Esse passo inicial é complementado meses depois (5 de novembro) com o decreto real que criou a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro. Tal instituição, instalada no Hospital Real Militar, passou a oferecer um curso de cinco anos, com o seguinte currículo: Anatomia Teórica e Prática, Fisiologia, Terapêutica Cirúrgica e Particular, Medicina Operatória, Obstetrícia, Farmácia, Química e Matéria Médica.

Essa preocupação com a implantação, mesmo que deficiente, do ensino médico na cidade vinha atender a uma necessidade premente. Até então a Corte não contava com quase nenhum profissional formado, estando a atividade médica entregue aos cirurgiões empíricos e boticários — muitos mergulhados em total ignorância. D. João VI percebeu essa carência quando, alarmado com o alto índice de mortalidade local, consultou o Físico-Mor Manuel Vieira da Silva sobre as causas de tal fato. Este lhe informou que, ao lado das causas naturais (clima e geografia), havia uma série de fatores geradores de sinistros que, *sendo obra dos homens, podiam receber sua extinção da mão dos homens*: a contaminação do ar pelas sepulturas nas igrejas e pelos cemitérios descuidados, a péssima qualidade dos alimentos consumidos, a insalubridade das ruas, a falta de fiscalização dos navios ancorados no porto e ainda o total descaso de que era vítima a atividade médica. Essa última causa, salienta o Físico-Mor, era de longe a mais importante, pois um maior número de bons profissionais no setor seria de grande valia para intervir sobre o meio urbano e combater as outras causas mencionadas. Ciente dessas opiniões do Dr. Manuel Vieira da Silva, o monarca apressa-se em incentivar a formação de profissionais de saúde. Daí a rápida criação do curso de Cirurgia.

D. João VI, todavia, não cuidou só do ensino médico. Com o objetivo de melhor formar profissionais em algumas

áreas vitais para o desenvolvimento da cidade (e do país), o monarca criou uma série de pequenos cursos — aulas avulsas, na verdade — de caráter pontual: em 1808, sob coordenação de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairú), surge o Curso de Economia Política, sem o qual, como afirma o decreto de criação, *se caminhava às cegas e com passos muito lentos e às vezes contrários nas matérias do governo*; dois anos depois aparece o Curso de Comércio, que incluía aulas de Aritmética, Álgebra, Geometria e várias outras matérias como moedas e câmbios, seguros, leis e escrituração mercantil; em 1812, é criado o Curso de Química e, em 1814, o Curso de Agricultura. Com essa mesma preocupação profissionalizante surge, em 1808, a Academia de Guardas Marinhas e, em 1810, a Academia Real Militar. Ambas as Academias ofereciam um curso com duração de três anos e apresentavam um currículo mais ou menos semelhante, a saber: aritmética, geometria, álgebra, astronomia, navegação, construção naval, desenhos de paisagem e exercícios militares; na escola militar, as matérias ligadas à navegação davam lugar às ciências naturais e às diferentes divisões de engenharia militar e fortificações.

Embora a precariedade desses cursos e academias fosse grande, seus efeitos sobre a população foram bastante salutares. Luccock, por exemplo, que na sua primeira passagem pela cidade, em 1808, afirmava serem os militares ignorantes e os negociantes totalmente desconhecedores das operações comerciais, quando retorna, em 1818, observa um substantivo progresso dessas classes. Segundo ele, as tropas estavam melhor organizadas e contavam, nas suas fileiras, com alguns oficiais esclarecidos e dedicados. Dos comerciantes, comenta que

...[estavam]... aprendendo rapidamente os rudimentos da Ciência do Comércio, adquirindo hábitos de confiança e pontualidade e encetando relações com distantes localidades sobre princípios novos e gerais.¹⁷

¹⁷ J. Luccock, op. cit. p.384.

Sociedades e Associações

Em meio a essas diversas ações civilizatórias executadas pela administração joanina, esboçaram-se algumas iniciativas particulares que, direta ou indiretamente, vieram dar sua contribuição para o avanço das luzes na cidade. No rol das iniciativas voltadas francamente para esse fim estão as chamadas *sociedades*. A Loja Maçônica foi uma delas. Apesar da intolerância do governo e da intensa perseguição sofrida pelos seus membros, essa agremiação muito contribuiu para a divulgação de idéias políticas e morais, fundamentais para o processo de independência que viria logo a seguir. Mas a maçonaria não foi a única. Pouco tempo após o desembarque, o Conde da Barca organizou uma Sociedade de encorajamento à indústria e à mecânica. Essa associação, apesar de reunir um número substantivo de homens do comércio e de outras classes,

*...permaneceu em completa apatia durante mais de doze anos, apenas conhecida do pagador da tesouraria real, que fornecia os fundos consumidos anualmente (...).*¹⁸

Mais útil e eficiente foi a Sociedade Filantrópica Suíça, criada no final do período joanino para auxiliar os colonos instalados em Nova Friburgo. Tal instituição, além de prestar serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura nessa região, recolheu e educou alguns meninos órfãos, constituindo a mais antiga associação de beneficência criada no Rio de Janeiro. Norteadas por nobres e patrióticos ideais, mas com vida curta e pouco produtiva foi a Sociedade Literária, fundada por Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Lêdo. Em 3 de novembro de 1821 (meses após a partida de D. João VI) foram apresentados os estatutos dessa associação, que teria o título de Academia Fluminense das Ciências e Artes:

...seria seu objeto o estudo das ciências, belas-lettras, artes, história do

*Brasil e sua estatística, teria vinte e cinco sócios efetivos e mais honorários e correspondentes, devendo os trabalhos começar em 26 de fevereiro e findar em 16 de dezembro, em memória do dia que o Brasil foi elevado a reino.*¹⁹

Em 7 de novembro do mesmo ano, foram eleitos os ditos sócios; houve ainda sessões em 14, 19 e 27. Contudo, os acontecimentos políticos que antecederam a Independência começaram a ganhar corpo e os patriotas associados, ativos participantes da vida pública, voltaram suas atenções para esse fundamental processo da vida nacional, deixando de lado, ao menos por hora, as preocupações de caráter cultural.

Livros e Livreiros

No rol das iniciativas que indiretamente colaboraram com a melhoria da qualidade intelectual da população carioca está o comércio livreiro. Seu impulso inicial ocorreu com a abertura dos portos em 1808. Até então, além da procura desse artigo ser extremamente limitada, sua entrada no país só podia fazer-se clandestinamente. Após 1808 a situação começa a melhorar. Embora, segundo relata um contemporâneo, o Padre Perereca, ainda fosse difícil encontrar bons livros e seu preço alcançasse valores exorbitantes, a cidade já contava com alguns livreiros. Luccock, em 1813, fala na existência de três. Em 1814, nas edições da *Gazeta do Rio de Janeiro*, os únicos anunciantes do produto são P. Martins Filho (proprietário de uma casa comercial situada na Rua da Quitanda) e a própria *Gazeta*, que mantinha uma loja anexa à sua sede. Havia também alguns anúncios de estabelecimentos que, em meio a produtos diversos, comercializavam livros. Um exemplo desse tipo é uma loja situada na Rua do Ouvidor nº 10, onde se vendiam objetos de vidro e outras variedades, em meio às quais as *Fábulas Escolhidas de La Fontaine*, os *Princípios da Língua Francesa*, os *Efeitos da Má Educação* e

¹⁸ J. B. Debret, op. cit. Tomo II, p.27.

¹⁹ Moreira de Azevedo, "Sociedade Fundadas no Brasil...", RIHGB, Tomo XLVIII, P.II, p.279-280.

outras obras ao preço de 2.000 réis. Três anos depois, Spix e Martius não encontraram senão duas livrarias na cidade, acerca das quais tecem o seguinte comentário:

*A propagação da língua francesa e a importação de enorme quantidade de seus livros, supera tudo que se pode imaginar, tanto mais que no Rio de Janeiro só existem duas livrarias mal fornecidas. Além das novidades do dia, (...) são lidas especialmente as obras de Voltaire e Rosseau (...).*²⁰

Luccock faz uma notação semelhante. Ao assistir a um leilão de livros ocorrido na Corte em 1818, observa que as obras em francês eram muito procuradas, mas que tinha sido impossível vender uma edição de Glasgow da *Iliada* de Homero, em grego, a *Septuaginta* e o *Novo Testamento*, na mesma língua, um Saltério, em hebraico, e que algumas obras latinas e inglesas tinham sido vendidas com muita dificuldade para alguns estrangeiros e uns poucos nacionais.

Mesmo tendo em conta a opinião dos viajantes acima citados, é muito difícil determinar o que efetivamente se lia durante os anos que se seguiram ao desembarque de D. João VI em solo carioca. Sabe-se que o Conde da Barca possuía edições de Platão, Timeu de Locres, Ocelo Luciano, Máximo de Tiro e Salústio; possuía ainda, no que se refere à filosofia moderna, obras de Ralph Cudworth, John Locke, Hobbes, Jeremy Bentham, Bolingbroke, Robert Boyle, Adam Ferguson, Brucker e Thomas Stanley. O *Leviatã* de Hobbes e a *Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação* de Jeremy Bentham eram, por sinal, livros constantemente consultados pelos homens cultos do Rio oitocentista. Contudo, era a literatura pseudo-filosófica, de cunho moralizante, a mais anunciada e consumida pelo carioca do período. Livros como *Avisos de Uma Mãe a Seu Filho*, *Lições de Um Pai a Uma Sua Filha*, *Tesouro de Meninos* e *Aforismos Morais* eram muito bem aceitos pelas famílias cultas e interessadas na boa formação de seus jovens membros.

Maior que a presença da literatura filosófica era a da literatura jurídica. Nas estantes dos jovens bacharéis formados em Coimbra (ou em outras universidades européias) proliferavam os manuais de Direito Prático, as *Ordenações Afonsinas*, *Filipinas* e *Manuelinas*, os dicionários jurídicos, os compêndios de direito pátrio e uma grande variedade de manuais, guias e coleções de leis. Pelos anúncios encontrados na *Gazeta do Rio de Janeiro*, observa-se que os livros teóricos e eruditos, como por exemplo aqueles voltados para a exegese do Direito Romano ou para questões referentes ao Direito Natural, despertavam pouco interesse. As atenções dos bacharéis da época estavam voltadas para o direito prático, positivo. Interessavam-lhes, sobretudo, os livros que oferecessem alguma orientação sobre como proceder no complicado labirinto da legislação vigente.

Os livros de economia também tinham alguma circulação no Rio de então. O grande patrono desta ciência entre nós foi José da Silva Lisboa, autor, entre outras obras, da *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Silva Lisboa, além de intenso pesquisador da realidade nacional, foi um ávido divulgador da moderna bibliografia econômica européia — especialmente da obra de Adam Smith e David Ricardo. Entretanto, o interesse dos habitantes locais incidia em geral sobre os manuais práticos referentes à agricultura, à manufatura e ao comércio; notadamente sobre textos como: *Observações sobre as Caneleiras*, *Eléments d' Agriculture*, de Duhamel du Monceau, *Agriculture Complète, ou l'Art D'Améliorer les Terres*, *Dictionnaire Universel d' Agriculture*, do Abade Rosier, *Observações sobre a Fraqueza da Indústria e Estabelecimento das Fábricas no Brasil*, de Silva Lisboa, *A New Dictionary of Trade and Commerce, containing a distinct explanation of the general principles of commerce*, de Thomas Mortimer, *Les Intérêts des Nations de l'Europe Développés Relativement au Commerce*, de Leiden, e muitos outros. Além das obras filosóficas, jurídicas e econômicas, podiam-se encontrar nos livreiros e bibliotecas locais

²⁰ J. B. von Spix; C. F. P. von Martius, Viagens pelo Brasil, v.1, p.57.

(públicas e particulares) livros de medicina, de história natural (desenho, pintura, arquitetura, arte militar) e, sobretudo, de belas-letas.

Nota conclusiva

Como pudemos constatar, os anos joaninos foram bastante produtivos para a embrionária cultura nacional. Quando analisamos os avanços verificados nesse setor, durante os treze anos de permanência do D. João VI em solo carioca, facilmente constatamos que os resultados obtidos com as várias medidas de propagação das *luzes e dos bons hábitos* foram muito mais expressivos do que esperava o governante português. A sua intenção era tão somente dotar a cidade de um mínimo indispensável de instituições e de homens capazes de viabilizar a administração do país, formar uma população

com hábitos mais urbanos (civilizados) e tornar a vida da família real e dos nobres lusitanos mais aprazível, mais próxima daquela vida que haviam deixado para trás quando fugiram de Lisboa.

Um rápido balanço do período demonstra, no entanto, que as atitudes de D. João VI tiveram conseqüências, digamos, imprevistas. Se, por um lado, o monarca conseguiu levar a bom termo o governo da cidade, manter a ordem pública e inaugurar, nos trópicos, uma corte de feição européia; por outro lado, ele criou condições para a emergência de uma elite local não só familiarizada com os negócios de estado, mas também ansiosa por desvencilhar-se dos laços que uniam a antiga colônia a Portugal. Mas não só. As tais medidas civilizatórias tomadas por D. João VI acabaram por dar um contributo decisivo para que fossem lançadas as bases de uma cultura que, desde então, passou a designar-se como brasileira.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Moreira. "Sociedades Fundadas no Brasil Desde Os Tempos Coloniais Até o Começo do Atual Reinado". In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Tomo XLVIII, P.II, 1884, p.265-322. Editora da Universidade de São Paulo, 2ª ed., 1977-78, v.II, III, IV.
- NISKIER, Arnaldo. *Educação brasileira: 500 anos de história*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1989.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Trad. de Sérgio Milliet. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978, 3 vols. em 2.
- DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Trad. de João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Trad. de Milton da Silva Rodrigues. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Viagem pelo Brasil*. Trad. de Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4ª ed., 1981, 3 vols.
- TAUNAY, Visconde de. "Estrangeiros Ilustres e Prestimosos...". In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Tomo LVIII, P.II, 1885.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 4ª ed., 1948.

